

JORNAL DO JUDICIÁRIO

Informativo do Poder Judiciário do Ceará | jul/ago/set de 2018

Setembro Amarelo
Campanha pela valorização da vida
Caso precise de ajuda, ligue 188



Tribunal de Justiça do Ceará instala novas varas e juizado especial no Interior

O aumento de unidades está ocorrendo onde existe grande demanda, contribuindo para a maior celeridade processual e beneficiando as pessoas que precisam recorrer ao Judiciário cearense. Já foram contempladas as Comarcas de Ocara, Horizonte, Itaitinga, Canindé e Caucaia. Até o fim deste ano, o acréscimo chegará a outras 11, como Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte

Págs. 6 e 7

A paternidade como forma de garantir o exercício da cidadania

Mutirão da Corregedoria-Geral em escolas públicas de Fortaleza busca o reconhecimento voluntário da paternidade. Mais do que nome e sobrenome na Certidão de Nascimento, a medida representa garantia de direitos para os filhos

Págs. 2 e 3

Grupo julga mais de 15 mil processos em 8 meses

A produtividade é da equipe de juizes que atua no descongestionamento processual, durante atuação em 15 comarcas do Ceará, de janeiro a agosto de 2018. No mesmo período, os magistrados fizeram 2.976 audiências

Pág. 5

Enfrentamento da violência doméstica e familiar

O Judiciário cearense concedeu 229 medidas protetivas, proferiu 415 sentenças e realizou 368 audiências durante a 11ª Semana pela Paz em Casa. Na ação, os juizes movimentaram 2.331 processos da Lei Maria da Penha

Pág. 4

TJCE avança com o processo eletrônico

O Sistema de Automação da Justiça, software de gestão virtual das ações judiciais, é ampliado para Caucaia, Sobral, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Outras 170 comarcas receberam a versão física, primeira etapa da virtualização

Pág. 11

Presidente do TJCE
Des. Francisco Gladysson
Pontes

Vice-Presidente
Des. Washington Luis Bezerra
de Araújo

**Corregedor-Geral
da Justiça**
Des. Francisco Darival
Beserra Primo

EXPEDIENTE

O Jornal do Judiciário é uma
produção da Assessoria de
Comunicação Social

Chefe:
Carmen Inês Matos Walraven

Editor:
Francisco José Rosa

Redatores:
Carolina do Vale, Ulysses
Sousa, Emanuely Neri, Talita
Sousa e Cássia Carvalho
(estagiária)

Designers:
Calvin Penna e
Rannjon Mikael

Impresso na área gráfica da
Coordenadoria de Apoio
Operacional do TJCE

Coordenador:
Rômulo Cidrão

Tiragem:
500 exemplares

Esta edição também é
disponibilizada em formato
digital no site
www.tjce.jus.br/jornal

www.tjce.jus.br

facebook.com/tjceoficial

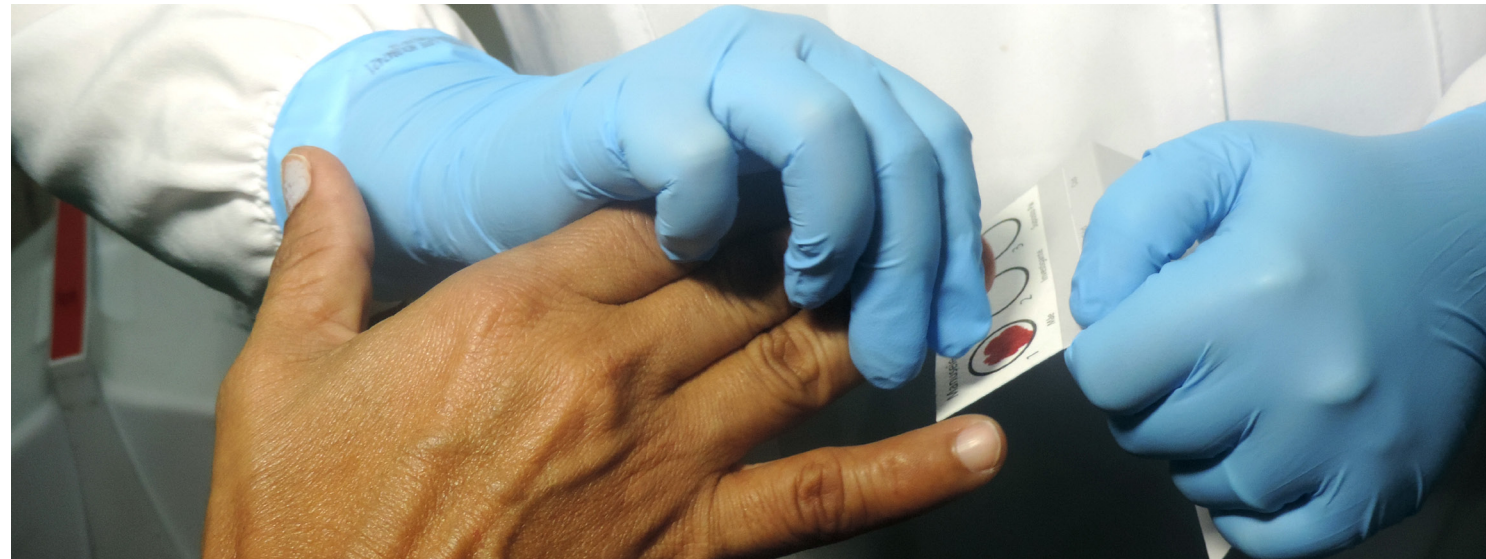
[@tjcenoticias](https://twitter.com/tjcenoticias)

[@tjceoficial](https://www.instagram.com/tjceoficial)

[/tjceimprensa](https://www.youtube.com/tjceimprensa)

Escolas públicas recebem mutirões de paternidade

Ter o nome do pai na Certidão de Nascimento é direito fundamental. Por isso, a Corregedoria-Geral realiza nova edição do programa de reconhecimento voluntário



Quem tiver dúvidas sobre a paternidade pode fazer exame de DNA no local

Durante a segunda edição do programa “Pai Presente” em escolas públicas de Fortaleza, Aluísio Vitório da Penha viu a oportunidade de reconhecer voluntariamente a paternidade do filho de 10 anos. “É uma iniciativa muito boa que a Justiça tem proporcionado, porque existem muitos pais que querem reconhecer seus filhos e não sabem como fazer.”

Ele, que é técnico em equipamentos médicos, foi uma das pessoas atendidas, no dia 1º de setembro deste ano, pela equipe da Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, na Escola Municipal 11 de Agosto, no bairro Jardim Iracema, na Capital. “Gostei muito do atendimento. Foi rápido e fácil”, disse Aluísio Vitório, que estava acompanhado da mãe da criança.

ONDE E COMO PARTICIPAR

A ação continua, ao longo de setembro, em outros dois estabelecimentos de ensino: Escola Municipal Professora Aldaci Barbosa, no bairro Sapiranga (15/09), e Escola Municipal Marieta Guedes Martins, Novo Mondubim (29/09). Os solicitantes devem comparecer aos colégios munidos de documentos como RG, CPF, comprovante de endereço e Certidão de Nascimento do filho. Se o pai tiver alguma dúvida em relação à paternidade, a equipe do Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen) estará no local realizando exames de DNA. Todo o procedimento é gratuito.

CIDADANIA

O bom desempenho da primeira edição do “Pai Presente” nas escolas, que ocorreu de maio a setembro de 2016, foi decisivo para a realização do segundo mutirão. Naquele ano, a Corregedoria-Geral visitou escolas em seis bairros da Capital e garantiu 117 reconhecimentos espontâneos de paternidade.



Ação realizada em escola pública no dia 1º de setembro de 2018

“Esperamos que essa segunda edição contemple o máximo de pessoas. Ter o nome do pai na Certidão de Nascimento é um direito fundamental que possibilita pensão alimentícia e herança. Em muitos casos, proporciona ganhos sociais e afetivos”, afirma o coordenador do programa no Ceará, juiz auxiliar da Corregedoria, Ernani Pires Paula Pessoa Júnior.

“

É importante considerar a dimensão aberta do direito à dignidade, de cuja refração deriva, como resultado, o conhecimento da paternidade, a repercutir na vida do indivíduo, desde o plano existencial, até os efeitos materiais e circunstanciais”

*Desembargador
Francisco Darival Beserra Primo*

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Darival Beserra Primo, destaca que “é importante considerar a dimensão aberta do direito à dignidade, de cuja refração deriva, como resultado, o conhecimento da paternidade, a repercutir na vida do indivíduo, desde o plano existencial, até os efeitos materiais e circunstanciais”.

DADOS

De acordo com estatística do Tribunal de Justiça do Ceará, desde que o programa foi implantado, em 2010, até agosto de 2018 já ocorreram cerca de 7 mil reconhecimentos espontâneos no Estado.

VOCÊ SABIA?

O reconhecimento voluntário de paternidade pode ser solicitado facilmente. O pai que se interessar pode comparecer ao cartório de Registro Civil onde o filho foi registrado e fazer o pedido. Basta levar RG, CPF e Certidão de Nascimento do filho. Todo o procedimento é rápido e gratuito.

Ceará concede 229 medidas protetivas na “Paz em Casa”

Durante a mobilização, foram movimentados 2.331 processos de violência doméstica e familiar contra a mulher

Ao todo, 36 unidades do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) realizaram 368 audiências e concederam 229 medidas protetivas, durante a 11ª edição da Semana Pela Paz em Casa, que ocorreu de 20 a 24 de agosto deste ano. No mesmo período, houve 415 sentenças, 544 despachos e a movimentação de 2.331 processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na mobilização, participaram 45 juízes e 110 servidores de 34 comarcas, segundo dados da Coordenadoria Estadual da Mulher do TJCE, divulgados em 3 de setembro. Durante a abertura da Semana, no âmbito estadual, no dia 17 do mesmo mês, a presidente da Coordenadoria, desembargadora Lígia Andrade de Alencar Magalhães, destacou o sucesso da Paz em Casa no combate à violência de gênero.

A magistrada informou que, nas dez edições anteriores, foram julgadas 126 mil ações e concedidas mais de 64 mil medidas protetivas, com base na Lei Maria da Penha, que completou 12 anos em agosto de 2018.



Juízas Rosa Mendonça e Teresa Germana

O poeta Tião Simpatia produziu cordel especial sobre a legislação e sobre a Semana pela Paz em Casa. As juízas Rosa Mendonça (titular) e Teresa Germana Lopes de Azevedo (auxiliar), do Juizado da Mulher da Comarca de Fortaleza, realizaram treinamento com policiais militares da Patrulha Maria da Penha.

A Semana da Justiça pela Paz em Casa é realizada em todo o Brasil, desde 2015. São três edições anuais: março, agosto e novembro. É uma idealização do Supremo Tribunal Federal, com apoio dos Tribunais estaduais.

TJCE É O PRIMEIRO EM ATENDIMENTO À DEMANDA

O Tribunal cearense é o primeiro colocado, entre todos os TJs, no índice de atendimento à demanda, com 239%, nos casos de violência doméstica. Isso significa que o número de processos baixados (definitivamente encerrados) é superior ao de novas ações. Os dados são relativos ao ano passado. Em 2016, o TJCE



Desa. Lígia Andrade

também ficou na liderança, com 206%. Já a taxa de congestionamento baixou de 78% para 52%, ficando abaixo da média nacional (63%).

As informações constam no Portal de Monitoramento da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado pelo CNJ no dia 30 de agosto. Saiba mais detalhes em www.cnj.jus.br.

A SEMANA EM NÚMEROS

AUDIÊNCIAS
368
DESPACHOS
544
MEDIDAS PROTETIVAS
229
MAGISTRADOS
45
SERVIDORES
110
SENTENÇAS
415
PROCESSOS MOVIMENTADOS
2331

FONTE: COORDENADORIA DA MULHER/TJCE

Mais de 15 mil processos julgados em 15 comarcas

A produtividade é do Grupo de Descongestionamento do Interior, referente ao período de janeiro a agosto de 2018



Des. Inacio de Alencar Cortez Neto

A maior celeridade é uma preocupação constante do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que desenvolve série de atividades para promover maior rapidez nos julgamentos. Uma das iniciativas é o Grupo de Descongestionamento do Interior, que atua auxiliando magistrados de todo o Estado, conforme a demanda.

Somente no período de janeiro a agosto deste ano, a equipe proferiu 15.534 sentenças e realizou 2.976 audiências, em 15 comarcas. O número já representa aumento de 62% (relativo a decisões) em comparação ao obtido em 2017, quando foram registradas 9.776 sentenças e 2.099 audiências, em 21 comarcas.

“

No Crato, por exemplo, julgamos todas as ações desse tipo [improbidade] que estavam conclusas para julgamento”

Desembargador Inacio de Alencar Cortez Neto

JANEIRO-AGOSTO 2018

15.534
SENTENÇAS
AUMENTO **62%**

2.976
AUDIÊNCIAS

Em entrevista ao programa de TV “Judiciário em Evidência”, o supervisor do Grupo, desembargador Inacio de Alencar Cortez Neto, explicou que, antes da chegada ao local, é feito trabalho antecipado. “Geralmente, são enviados um juiz e dois servidores encarregados de fazer levantamento e elaborar a pauta de audiências, o que facilita as atividades porque, quando a equipe chega à comarca, as partes, os advogados e os defensores já foram intimados”. Ele acrescentou que cerca de 90% dos casos são julgados na própria audiência.

O magistrado destacou que, na esfera criminal, as ações mais comuns envolvem lesão corporal, tráfico de entorpecentes e ameaça. Já na área cível, são processos de interdição e improbidade administrativa. “No Crato, por exemplo, julgamos todas as ações desse tipo [improbidade] que estavam conclusas para julgamento.” Os réus, após condenados, têm os direitos políticos suspensos, ficando impedidos de se candidatar a cargos eletivos.

A atuação ocorre por solicitação do juiz titular e da Presidência do TJCE, por exemplo. O Grupo de Descongestionamento do Interior possui sete magistrados e oito servidores. Quando a unidade tem acervo com grande volume, é solicitada equipe maior.

Ainda de acordo com o desembargador, os trabalhos representam “uma satisfação ao jurisdicionado. Recebemos a própria população e a ouvimos. Todos ficam satisfeitos. Quem mais ganha é a sociedade.”

Já estão agendadas visitas a Amontada, Cascavel, Beberibe, Ipueiras, Quixeramobim e Acaraú.

Mais 18 varas e um juizado especial para o Interior

Já foram implantadas novas unidades judiciárias em Ocara, Horizonte, Itaitinga, Canindé e Caucaia. Outras 11 comarcas terão aumento até dezembro de 2018

Com a finalidade de equalizar os serviços judiciais no Estado, beneficiando a sociedade como um todo, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) continua a instalação de unidades nas regiões com grande volume de processos. O aumento está sendo feito sem acréscimo de gastos para os cofres públicos, o que é possível com a transferência de varas consideradas subdemandadas para comarcas com quantidade de ações acima da média estadual.

Considerando o critério acima e a população, 16 comarcas receberão 19 novas estruturas para julgamento de processos, contemplando mais de 1,8 milhão de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O TJCE já instalou a Vara de Ocara, 2ª Vara de Horizonte, 2ª de Itaitinga, 3ª de Canindé e o 2º Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) de Caucaia, no Campus da Faculdade Terra Nordeste (Fatene).

Pelo calendário, até dezembro de 2018, será a vez de Acaraú (2ª Vara), São Gonçalo do Amarante (2ª), Beberibe (2ª), Viçosa do Ceará (2ª), Trairi (2ª), Icó (2ª), Russas (3ª) e Iguatu (4ª). Já Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte receberão, cada, uma Vara da Infância e da Juventude e a 2ª Vara de Família e Sucessões.



Esse redesenho que ora se faz otimizando os recursos, sobretudo os humanos, é feito sem nenhum incremento orçamentário. É o mesmo orçamento destinado ao Poder Judiciário, distribuído de forma otimizada, nos lugares onde a maior demanda se faz presente

Desembargador Gladysson Pontes, presidente do TJCE, durante instalação da 3ª Vara de Canindé (25/07/2018)

O aumento é previsto na nova Organização Judiciária do Ceará, objeto da lei nº 16.397/2017, de iniciativa do Tribunal. A matéria foi elaborada a partir de estudo técnico feito pelo Grupo de Trabalho com essa finalidade. A equipe seguiu parâmetros do Conselho Nacional de Justiça, que trata da adoção de providência para transferir, transformar ou extinguir unidades com demanda no triênio 2014, 2015 e 2016 inferior à média estadual. No Ceará, houve a transferência daquelas com demanda inferior à metade da média, ou seja, menos de 500 processos.

O trabalho que o Tribunal realiza é extraordinário para a sociedade, porque vai viabilizar maior rapidez no atendimento processual

Procurador do Município Cícero Bezerra Viana, por ocasião da inauguração da 2ª Vara de Itaitinga (24/07/2018)

VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Já a Vara de Delitos de Organizações Criminosas, criada pela lei nº 16.505/2018, será instalada no dia 12 de setembro deste ano, no Fórum Clóvis Beviláqua, na Capital. A unidade tem titularidade coletiva (três juizes) com jurisdição em todo o Ceará. A competência prevalece sobre as demais varas, com exceção de casos do júri e da infância e da juventude.



Há muito tempo a Comarca necessitava dessa 2ª Vara, por conta do volume de processos

Juiz Erik Omar, diretor do Fórum de Horizonte, durante instalação da nova unidade (24/07/2018)



O Tribunal busca dotar as comarcas com o mínimo necessário para atender o cidadão. Isso é apenas o começo para, na medida do possível, dar atendimento mais justo para quem precisa da Justiça

Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, presidente da Coordenação Estadual dos Juizados, durante inauguração do 2º JECC de Caucaia (20/08/2018)

"TEMPO DE JUSTIÇA" É INSTALADO NA COMARCA DE SOBRAL

O "Tempo de Justiça" (conjunto de medidas que inclui sistema virtual de monitoramento de homicídios com autoria esclarecida) passou a ter Comitê Local na Comarca de Sobral, desde 17 de agosto de 2018. O objetivo é acompanhar os casos para que a conclusão dos processos ocorra no prazo médio de até um ano, cujo monitoramento está previsto para ter início em janeiro próximo. Em Fortaleza, onde funciona desde 2017, a iniciativa permitiu reduzir o tempo de julgamento de réus. O projeto envolve Judiciário, Vice-Governadoria, Ministério Público, Defensoria e Secretaria da Segurança Pública do Ceará. A desembargadora Adelineide Viana integra o projeto como representante do Tribunal de Justiça.



EXPOSIÇÕES RESGATAM HISTÓRIA DE FORTALEZA E DO BRASIL

Quem passou pelo Tribunal de Justiça do Ceará, de 19 de julho a 17 de agosto deste ano, teve a oportunidade de relembrar ou conhecer pontos históricos da Capital. Isso foi possível com a exposição "Celebrando Fortaleza – 292 anos", com fotografias do jornalista e historiador Miguel Ângelo de Azevedo, o Nirez. Já de 20 de julho a 31 de agosto, a Escola da Magistratura recebeu a exposição itinerante "Imagens que Ardem". São 50 fotos do período da ditadura militar no Brasil. A mostra, que tem parceria do Museu da Fotografia de Fortaleza, tem previsão para ocorrer também no Tribunal e no Fórum Clóvis Beviláqua.



TJCE tem o maior índice de acordos no país

Na área da conciliação, a Justiça do Ceará obteve 21,1% de acordos homologados em 2017



Sessão conciliatória realizada no Centro de Solução de Conflitos de Fortaleza

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) registrou índice de conciliação de 21,1%, ocupando o primeiro lugar entre todos os TJs do Brasil, conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse dado, relativo a 2017, significa o número de acordos homologados em relação ao total de sentenças e decisões terminativas. No relatório “Justiça em Números” do ano passado, com dados de 2016, o TJCE também obteve a maior quantidade de conciliações entre todos os Tribunais estaduais, com 25%.

AMPLIAÇÃO DOS CEJUSCS

Outro avanço é a instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) no Interior, que atuam na mediação e conciliação. O Cejusc da Capital, localizado no Fórum Clóvis Beviláqua, passará a ter Extensão na Universidade Federal do Ceará (UFC). O convênio, assinado no dia 28 de agosto deste ano, permitirá a solução de conflitos na fase pré-processual (antes de virar processo judicial) em questões de família e cível. Também existem parcerias com a Defensoria Pública e faculdades.

Essa política no Estado é gerida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), supervisionado pela desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves.

OUTROS DADOS

No relatório atual do CNJ, divulgado no dia 27 de agosto deste ano, o Judiciário cearense apresentou taxa de congestionamento no 1º Grau dentro da média nacional (76%); tempo médio de sentença (do 1º Grau) de 2 anos e 7 meses, abaixo da média nacional (3 anos e 9 meses); e atendimento à demanda de 97,1%, ou seja, o Tribunal solucionou 97 processos a cada 100 que ingressaram.



Assinatura de convênio para instalar extensão de Cejusc na UFC

Com relação à produtividade, o número médio obtido pelo TJCE foi de 908. Não se refere a julgamentos em si, mas às baixas processuais (quando o processo é definitivamente encerrado, sem possibilidade de recurso). Para melhorar esse número, a Administração do Tribunal vem adotando uma série de medidas que devem trazer resultados nos próximos anos. Entre os exemplos, estão aumento de servidores nas Varas, nos Juizados e nas Turmas Recursais; implantação do projeto de virtualização dos processos no Interior; Grupos de Descongestionamento, que auxiliam as unidades com maior demanda; e concurso para juiz, em andamento. No dia 27 de agosto, o Tribunal apresentou o “Programa Melhoria da Produtividade 2018”, cujo objetivo é incrementar a produtividade.

Todos esses esforços e ações da Presidência do TJCE são necessários, diante de alguns fatores. Por exemplo, o Judiciário do Ceará possui o menor orçamento entre os Tribunais de médio porte do país, contando com o menor investimento por habitante entre os TJs.

Tribunal especializa duas varas em saúde pública

A finalidade é promover maior celeridade e qualidade



Sessão do Pleno que aprovou a especialização

Desde 9 de julho deste ano, a Comarca de Fortaleza tem duas unidades especializadas em saúde pública. A 9ª e 15ª Varas da Fazenda Pública passaram a concentrar os processos com essa temática.

Até 30 de agosto, foram redistribuídos 2.300 casos para as duas Varas e, nesses quase dois primeiros meses após a mudança de competência, cerca de 500 novos processos deram entrada. Considerando apenas as ações sobre fornecimento ou acesso a serviços (vagas em leito de Unidade de Terapia Intensiva – UTI ou leito especializado, medicamentos e procedimentos cirúrgicos) são, em média, cerca de 100 novas demandas em um mês, para cada unidade.

Conforme a titular da 9ª Vara da Fazenda Pública, juíza Joriza Magalhães Pinheiro, os números confirmam a necessidade de especialização. De acordo com a magistrada, a medida tem se mostrado o melhor caminho para enfrentar a demanda crescente, permitindo concentrar esforços para dar agilidade a esses processos, que, em grande parte, envolvem situações de urgência e grande complexidade técnica.

“Estamos procurando trabalhar com muita rapidez, para atender os pedidos de urgência no mesmo dia, mas sem descuidar da qualidade da decisão, que precisa ser baseada na medicina com evidências científicas”, explica.

Ainda de acordo com a juíza, o Judiciário estende o “diálogo a todas as instituições, pois é fundamental para que haja melhor entendimento, pelos juizes, da realidade do sistema de saúde. Além disso, buscamos evitar que haja o descumprimento ou o entendimento equivocado de algum mandado e, assim, agilizar o cumprimento das decisões”.

A especialização da 9ª e 15ª Varas da Fazenda Pública foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará, por meio da Resolução nº 9, de 28 junho de 2018. Fortaleza tem 15 unidades dessa área, quatro delas com competência de Juizado Especial da Fazenda Pública.

NOTAS

TRIBUNAL REEDITA LIVROS JURÍDICOS DE ESCRITORES CEARENSES

A reedição de livros importantes de escritores do Estado está sendo feita pelo Conselho Editorial e de Biblioteca do Tribunal de Justiça do Ceará, por meio do projeto “Obras Jurídicas Cearenses – Resgate Histórico”. Já foram republicados “O Delito de Matar”, de 1958, do professor Olavo Oliveira; e “Pareceres de José de Alencar”, reprodução fac-similar da edição de 1960. Outros títulos devem ser relançados até o fim deste ano.



OITO JUIZADOS CÍVEIS DE FORTALEZA FUNCIONAM EM FACULDADES

Em Fortaleza, oito Juizados Especiais Cíveis funcionam dentro de faculdades com curso de Direito. Desde o início do ano, foram feitas três inaugurações em dependências de estabelecimentos de ensino superior. A medida facilita o acesso do cidadão à Justiça e promove maior aproximação com a sociedade. Na Capital, estão em centros educacionais os seguintes Juizados: 9º (Uni7), 11º (Faece/FaFor), 12º (Estácio/FIC), 13º (Fametro), 21º (FBUni), 22º (Faculdade Ari de Sá), 23º (Unifor) e 24º (UniFanor). No Interior, o Juizado de Sobral possui Anexo na Faculdade Luciano Feijão e o 2º Juizado de Caucaia está instalado na Fatene.



CURTAS

PRA CEGO VER NAS REDES SOCIAIS

Outra novidade pode ser vista em postagens do Judiciário do Ceará no Instagram e no Facebook. Desde julho, foi adotada a #PraCegoVer, que é a descrição de todo o conteúdo dos posts para pessoas com deficiência visual, o que garante a cidadania e a acessibilidade. Isso torna o acesso à informação mais democrático. O programa de TV “Judiciário em Evidência” disponibiliza o serviço de *closed caption* (legenda oculta), desde junho de 2018, com o mesmo objetivo.

SECRETARIA REGIONAL DO CRAJUBAR

A Secretaria Judiciária Regional do Crato, de Juazeiro do Norte e de Barbalha (Crajobar) ficará sediada no Crato. Em 23 de agosto deste ano, o Tribunal de Justiça e a Prefeitura local assinaram acordo pelo qual o Município cederá prédio para funcionamento da unidade, enquanto o Judiciário reforma o Fórum da Comarca, onde ficará a sede definitiva. A Secretaria concentrará serviços de expedientes administrativos, deixando as Varas das três Comarcas concentradas na realização das audiências e dos julgamentos.

AUDIÊNCIAS EM PRECATÓRIOS DO ESTADO

Em setembro de 2018, ocorrerão novas audiências de conciliação em precatórios do Estado. Estão agendadas sessões para os dias 10, 12, 24 e 26, com 61 credores. Balanço divulgado em julho deste ano, pela Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Ceará, informa que, de 29 de agosto de 2017 a 28 de junho último, foram pagos mais de R\$ 129 milhões relativos a acordos obtidos nas audiências dos três editais lançados no ano passado.

“JUSTIÇA NA SALA DE AULA” EM FACULDADES

O projeto “Justiça na Sala de Aula” promoveu encontros (concertações) em duas faculdades de Fortaleza e em universidade localizada em Redenção. Participaram professores e estudantes, que puderam saber mais sobre as atividades do Judiciário. A ação faz parte de curso promovido pelo Tribunal de Justiça do Ceará em parceria com a Fundação Demócrito Rocha. O objetivo é capacitar profissionais de escolas públicas da Capital e da Região Metropolitana, além de promover maior aproximação com a sociedade.

Parceria do Tribunal com a UFC permite realização de perícias

O convênio possibilitará maior celeridade aos processos que necessitam de avaliações médicas, como ações do Seguro DPVAT e de uso de medicamentos



TJ passou a contar com a estrutura dos laboratórios da Universidade

A realização de perícias médicas necessárias ao andamento de processos judiciais está sendo feita pelo Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos da Universidade Federal do Ceará (UFC). As atividades são possíveis com a assinatura do termo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado (TJCE) e a instituição de ensino, que ocorreu no dia 8 de agosto deste ano.

A partir de então, o Judiciário dispõe da estrutura do Núcleo, que tem 22 laboratórios de pesquisa, inovação e prestação de serviços. O convênio permite maior agilidade às ações que necessitam de análise técnica pericial, beneficiando as pessoas que esperam as decisões judiciais.

Essa avaliação é do presidente do TJCE, desembargador Gladysson Pontes. “Vamos dar celeridade às perícias médicas, sobretudo na área do DPVAT [Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre]. Estamos otimistas, especialmente porque a UFC é uma instituição reconhecida como expoente em seu mister, a oferecer significativo contributo nessa área.”

O reitor da Universidade, Henry Campos, explicou que o Núcleo atuará em processos de várias naturezas. Os trabalhos envolverão “questões relativas à saúde e que precisam de opinião abalizada, seja perícia em relação a acidentes, na judicialização do uso de medicamentos, em ações de apuração por invalidez e outras”.

Processo eletrônico avança no Interior

As maiores comarcas do Estado funcionam com o SAJ virtual. Já as demais unidades estão sendo contempladas com a versão física, considerada a primeira etapa para a virtualização

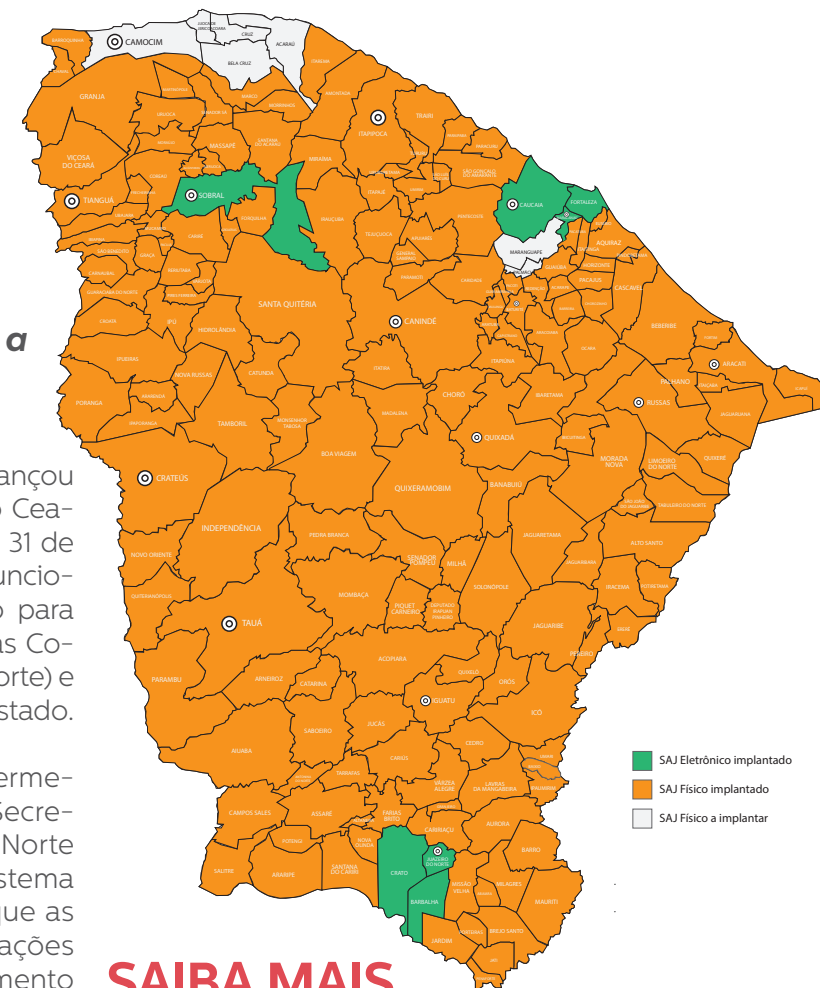
A informatização processual no Interior avançou na atual gestão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), iniciada em janeiro de 2017. Até 31 de agosto deste ano, o processo eletrônico, que funcionava em Fortaleza e Maracanaú, foi ampliado para Caucaia, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato. Essas Comarcas fazem parte da Entrância Final (grande porte) e concentram quase toda a demanda judicial do Estado.

A Entrância Final e Barbalha (de Entrância Intermediária, contemplada nessa fase por conta da Secretaria Regional do Crajobar – Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) receberam a versão virtual do Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Isso significa que as varas foram virtualizadas, ou seja, as novas ações são protocoladas e têm andamento e julgamento por meio do computador.

Além disso, 170 comarcas utilizam o SAJ físico, que permite o acompanhamento das fases processuais de forma automatizada. Entre os benefícios estão base de dados única que facilita a extração de informações e familiariza os servidores e juizes com o sistema. O SAJ físico é a primeira etapa para a instalação do SAJ virtual.

Pelo cronograma, o SAJ físico estará funcionando em todas as 177 comarcas do Ceará até 14 de setembro deste ano. Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, que têm a versão eletrônica, completam as 184 Comarcas do Ceará. A previsão é de que a Justiça cearense esteja toda virtualizada em até dois anos, segundo o presidente do TJCE, desembargador Gladysson Pontes. “Nos últimos oito meses, comarcas do Interior passaram a utilizar um sistema moderno [SAJ físico] para facilitar a visualização das etapas processuais. Na segunda etapa, está prevista a instalação do SAJ virtual, até 2020.”

Além disso, o Processo Judicial Eletrônico (PJe), outro sistema virtual, foi implantado em todos os Juizados Especiais do Estado.



SAIBA MAIS

SAJ:

Sistema da Automação da Justiça, software implantado nas Varas, nas Turmas Recursais, nos Juizados da Mulher e no TJCE (2º Grau). Tem duas versões: virtual e física.

PJe:

Processo Judicial Eletrônico, sistema instalado nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

Digitalização:

Ação de transformar um processo físico (papel) em arquivo digital.

Virtualização:

Consiste em tornar o processo virtual, ou seja, ele não existe fisicamente (papel).

Processo eletrônico:

É a forma como o processo judicial tramita, não importando se a ação iniciou como digital ou foi digitalizada.

FONTE: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/TJCE

Novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará

Marlúcia Bezerra é supervisora do Masp e Henrique Holanda faz parte da Comissão de Segurança



Desembargador Henrique Holanda faz juramento



Juramento da desembargadora Marlúcia Bezerra

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) conta, desde 13 de julho deste ano, com a atuação dos desembargadores Marlúcia de Araújo Bezerra e Henrique Jorge Holanda Silveira, que já desempenhavam as funções como juízes convocados da Corte. Além de integrar órgãos julgadores, ela é supervisora do Movimento de Apoio ao Sistema Prisional – Masp (esforço para julgar processos de réus com várias ações criminais em Fortaleza), enquanto ele é integrante da Comissão de Segurança do Judiciário.

A posse, conduzida pelo presidente do TJCE, desembargador Gladysson Pontes, teve a presença de outros magistrados, familiares, convidados e demais autoridades. Em nome do Tribunal, discursou o desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, decano (membro com mais tempo de atuação).

Durante a solenidade, Marlúcia Bezerra e Henrique Holanda destacaram o compromisso com a Justiça imparcial e democrática. Juízes de carreira, foram eleitos desembargadores pelos critérios de antiguidade e de merecimento, respectivamente.

Sugestão Cultural

Juliana Araújo
Recepcionista/TJCE



FILME **O vendedor de sonhos**

Baseado no livro do escritor Augusto Cury, conta a história de um psicólogo em crise que tenta suicídio. O homem é impedido de tomar essa atitude por um morador de rua que vira seu conselheiro. A partir desse momento, ele começa a enxergar um novo sentido na vida e a ajudar outras pessoas que estão sofrendo. Na avaliação de Juliana, o filme despertou atenção porque mostra a importância da empatia, de colocar-se no lugar do outro e de ver que cada pessoa tem uma forma singular de enxergar o mundo.



Rosângela Moraes
Técnica judiciária/TJCE



SÉRIE **Merli**

Um professor de filosofia inspira os seus alunos e os faz refletir sobre assuntos de relevância e profundidade, levando para a sala de aula teorias filosóficas de diversos pensadores. O homem, porém, vive muitos conflitos internos e precisa organizar a sua vida pessoal. A série tem três temporadas. Na opinião de Rosângela, a trama é interessante porque trata as relações humanas e os seus desafios. Ela destaca também que passou a se interessar mais pela filosofia após acompanhar a narrativa.



Luigi Teles
Estagiário/TJCE



SÉRIE **Flash**

A série de ficção científica conta a história de um jovem que sofreu acidente com produtos químicos e também foi atingido por um raio. Ele ganha a capacidade de absorver energias e, a partir de então, passa a ser ultra veloz, tornando-se herói. Segundo Luigi, a série mostra os desafios que o jovem enfrenta com muita ação, mistério e bom humor.



Renata Ferreira
Recepcionista/TJCE



FILME **O menino do Pijama Listrado**

O filme mostra a história de duas crianças que estão vivendo no contexto do nazismo, uma confinada dentro dos campos de concentração e a outra do lado de fora. A narrativa aborda a temática da dura realidade que viveram as pessoas privadas de sua liberdade e condenadas à morte no holocausto através do olhar sensível e profundo dos garotos, que são os protagonistas do filme. Para Renata, o filme é interessante porque mostra que muitas vezes o sofrimento “mora ao lado” e é necessário ter essa percepção de que o outro pode estar vivendo uma dor maior do que a sua.

